

VISIONI LATINOAMERICANE



Paisagem cultural no Rio Grande do Sul: um tema em debate

editado por
Livia Salomão Piccinini
Elio Trusiani
Patricia Pohlmann
Aline C. Scheibe



A constituição da ‘paisagem cultural missioneira’: entre o patrimônio jesuítico *Guarani* e o processo de colonização por imigração europeia

Ana Luisa Jeanty de Seixas*
Clarissa Maroneze Garcia**

Abstract

The authors reflect on the historical and cultural formation of the landscape of the Missões region in the State of Rio Grande do Sul, Brazil, composed of *Guarani*, Jesuits and European immigrants. Given the complexity of the formation of this landscape over almost three centuries, this paper aims to present, in an exploratory approach, the occupation of the territory by different actors, identifying the institutions involved in the process and how they acted in order to promote its preservation, including the current discussion about its recognition as a cultural landscape.

Keywords: cultural landscape, Jesuits missions of the *Guarani*, immigration, heritage appreciation, *diretoria de terras e colonização*

Las autoras tratan de la formación histórico-cultural del paisaje de la región de las Misiones en el Estado de Rio Grande do Sul, Brasil, compuesta por *Guarani*, jesuitas e inmigrantes europeos. Dada la complejidad de la formación de este paisaje a lo largo de casi tres siglos, el trabajo tiene como objetivo presentar, de manera exploratoria, la ocupación del territorio por sus diferentes actores, identificando las instituciones involucradas y cómo actuaron para promover acciones de protección patrimonial que incluyan la discusión actual sobre su reconocimiento como paisaje cultural.

Palabras clave: paisaje cultural, misiones jesuíticas de los *Guarani*, inmigración, valorización patrimonial, *diretoria de terras e colonização*

Le autrici riflettono sulla formazione storica e culturale del paesaggio della regione di Missões nello Stato di Rio Grande do Sul, Brasile, composta da *Guarani*, gesuiti e immigrati europei. Data la complessità della formazione di questo paesaggio nell'arco di quasi tre secoli, il lavoro si propone di presentare, in modo esplorativo, l'occupazione del territorio da parte dei suoi diversi attori, individuando le istituzioni coinvolte e come queste hanno agito al fine di promuovere azioni di tutela, compresa l'attuale discussione sul suo riconoscimento come paesaggio culturale.

Parole chiave: paesaggio culturale, missioni gesuitiche dei *Guarani*, immigrazione, valorizzazione del patrimonio, *diretoria de terras e colonização*

As autoras tratam da formação histórico-cultural da paisagem da região das Missões no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, constituída por *Guarani*, jesuítas e imigrantes europeus. Visto a complexidade da formação dessa paisagem ao longo de quase três séculos, o trabalho tem por objetivo apresentar, de forma exploratória, a ocupação do território por seus diferentes atores, identificando instituições envolvidas e como elas atuaram

* Universidade federal do Rio Grande do Sul (Brasil); e-mail: analuisaseixas@gmail.com.

** Universidade federal do Rio Grande do Sul (Brasil); e-mail: clarissamaroneze@hotmail.com.



no intuito de promover ações de proteção patrimonial, incluindo a discussão atual sobre seu reconhecimento enquanto paisagem cultural.

Palavras chave: paisagem cultural, missões jesuíticas dos *Guarani*, imigração, valorização patrimonial, diretoria de terras e colonização

Introdução

Este trabalho tem como tema a formação histórica da paisagem missioneira e os diferentes atores envolvidos nesse contexto. A região das missões¹, localizada no Noroeste do Rio Grande do Sul (Rs), no Sul do Brasil, relaciona-se diretamente com o início da ocupação luso-espanhola no território sul-americano nos séculos XVII e XVIII, quando a ordem religiosa Companhia de Jesus fundou, em terras originalmente ocupadas por indígenas, povoados, conhecidos como Reduções, formando a Província jesuítica do Paraguai. Essas Reduções eram aldeamentos criados com o objetivo de facilitar a ‘missão evangelizadora’ dos povos nativos (o que resulta no nome ‘Missões’) e garantir a posse do território através de uma ocupação sistematizada. No século XVIII, com a delimitação de fronteiras entre as coroas de Portugal e Espanha, a guerra guaraníica e a expulsão dos jesuítas, a região conheceu um período longo de abandono deste tipo de ocupação.

Ao longo do século XIX, ocorreram os processos de imigração na região, com uma primeira tentativa, em 1825, de imigrantes alemães, que fracassou, e a vinda de casais açorianos em meados do século XIX. No final do século XIX e início do século XX ocorre a imigração de maneira mais intensa, com descendentes de imigrantes de outras regiões do Estado – um processo de migração interna que permitiu, principalmente, que alemães, italianos e poloneses se instalassem na região. A nova forma de ocupação da região altera a paisagem, enriquecendo-a e complexificando-a ainda mais.

A região das missões, dado seu histórico e valor patrimonial, é objeto de interesse e políticas de preservação institucional há quase um século. A primeira regulamentação oficial, em 1922, ocorre justamente em meio às políticas de demarcação e de colonização de terras por imigrantes, realizadas em toda porção Norte do Estado pela Diretoria de terras e colonização (Dtc), parte da Secretaria dos negócios das obras públicas (Sop), órgão público estadual formado em 1890 com a função de conduzir as intervenções urbanas e de infraestrutura no Rio Grande do Sul. Os técnicos da Dtc, durante os trabalhos na região, perceberam, pioneiramente, a relevância patrimonial das ruínas de São Miguel Arcanjo,

¹ As autoras se propõem fazer a diferenciação entre o território missões e o evento das Missões Jesuíticas dos *Guarani*. Assim, a diferenciação entre esses dois contextos ficará identificado no uso ou não de letra maiúscula: missões (região/território) e Missões (evento histórico).



atualmente no município de São Miguel das Missões, considerando aquela construção um ‘lugar histórico’ de importância para o reconhecimento do passado do Rs e sua formação. Com o passar dos anos, houveram diferentes processos de valorização e de patrimonialização² da região missioneira e de seus bens, principalmente àqueles ligados ao período reducional³, entretanto a ideia de uma possível paisagem cultural traz à luz a discussão sobre a necessidade de entender e valorizar não apenas o processo histórico das Missões Jesuíticas dos *Guarani*⁴, mas também os demais processos que aconteceram na região e que são responsáveis hoje por essa identidade missioneira.

O conceito e a ideia de paisagem cultural estão ainda em construção⁵, porém trazem na sua essência a relação entre o homem e o ambiente numa abordagem territorial. Winter (2016: s.p.) indica que «definir paisagem coloca problemas de diversas ordens», possuindo «usos consolidados que variam muito segundo a forma como é utilizado». O autor ainda aponta que o termo ‘paisagem cultural’ foi criado no século XIX para designar toda a paisagem transformada pelo trabalho do homem, em oposição a paisagem natural, na qual a ação do homem estaria ausente.

Para Scifoni (2016) o termo ‘paisagem cultural’ foi institucionalizado como uma categoria específica do patrimônio cultural em 1992, pela Unesco. Em 1995, o Conselho da Europa regulamentou a sua proteção em território europeu através da Recomendação R (95) 9 e, em 2000, pela Convenção europeia da paisagem. No Brasil, a autora indica que a paisagem cultural surgiu recentemente como uma categoria, tendo sido regulamentada pela portaria n.27 de 2009, do Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional (Iphan), que instituiu um novo instrumento jurídico para a sua proteção (a Chancela). Segundo a definição do Iphan, a paisagem cultural brasileira «é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores» (Iphan, 2020: on-line). Assim, observa-se a relação intrínseca entre a ação humana e as dinâmicas naturais em um

² Entende-se, *a priori*, que ‘bens’ ou ‘bens culturais’ são bens que representam valores para algum grupo social e ‘patrimônio’ ou ‘bem tombado/registrado’ são os que possuem processo valorização oficial pelo estado – o processo de patrimonialização.

³ Por período reducional entende-se o período compreendido entre a formação das reduções/Missões (primeira metade do século XVII) e o final desse tipo de ocupação, após a guerra guaranítica e a expulsão dos jesuítas (segunda metade do século XVIII).

⁴ Esse artigo segue a nomenclatura oficial adotada pelo Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional: “Missões Jesuíticas dos *Guarani*”. Optou-se pela grafia segundo o *Dossiê de Registro*, de autoria desse Instituto, que destaca que as palavras em *Guarani-Mbyá* serão escritas em itálico (Iphan, 2014: 1).

⁵ Embora existam outros conceitos e ideias sobre o termo ‘paisagem cultural’, uma vez que este artigo pretende abordar o assunto dentro da perspectiva das instituições de preservação do patrimônio, optou-se pelas ideias apresentadas pelo Iphan, órgão responsável nacionalmente pela proteção e pela chancela de paisagem cultural brasileira. Assim, entende-se que a temática é complexa e com diferentes pontos de vista, entretanto esse artigo não tem a pretensão de discutir e esgotar as possibilidades, e sim indicar alguns pontos para a reflexão.



determinado recorte, aqui entendido como «estabelecido a partir de uma condição peculiar e representativa de determinadas relações estabelecidas entre os grupos sociais com a natureza» (Scifoni, 2016: s.p.).

Considerando a relação existente entre natureza e homem e os demais temas envolvidos que surgem dessa relação – identidade, modos de ocupação e produção, espaços construídos e/ou modificados, etc. –, a paisagem cultural contém, em si, além da questão natural e cultural, a ideia de uma aproximação e complementariedade entre as dimensões materiais e imateriais do patrimônio, conforme indica a autora.

O enfoque da paisagem cultural permite, assim, superar um tratamento compartimentado entre o patrimônio natural e cultural, mas também entre o material e imaterial, entendendo-os como um conjunto único, um todo vivo e dinâmico. Permite compreender as práticas culturais em estreita interdependência com as materialidades produzidas e com as formas e dinâmicas da natureza (Scifoni, 2016: s.p.).

Outro ponto importante para a questão da paisagem cultural é a ideia que se trata de um processo dinâmico, suscetível a mudanças que fazem parte da sua constituição. Isso significa, portanto, identificar que diferentes temporalidades e processos históricos estão presentes em um território e que as várias marcas dessas diversas temporalidades são parte fundamental desse entendimento (Scifoni, 2016: s.p.).

Paisagem cultural traz a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza, aparecendo, assim, como produto de uma construção que é social e histórica e que se dá a partir de um suporte material, a natureza. A natureza é matéria-prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, através de acréscimos e transformações a essa base material (Nascimento, Scifoni, 2010: 32 *apud* Iphan, 2016).

Embora haja discussões⁶ sobre o que é a paisagem cultural brasileira e como deve ocorrer a sua proteção, a ideia de que existem territórios no País que podem ter essa compreensão faz parte das reflexões atuais sobre o tema, seja no meio acadêmico quanto institucional. Assim, um dos possíveis recortes atualmente em discussão é o caso da ‘paisagem cultural missioneira’, que será, ainda que de forma exploratória, apresentada no presente artigo.

A ideia de que o território missioneiro poderia ser pensado como uma paisagem cultural acompanha os técnicos do Iphan/Rs e pesquisadores do tema há alguns anos, buscando uma compreensão mais ampla do território e de suas transformações ao longo do tempo. Assim, foi proposto pelo Iphan a discussão sobre as transformações da paisagem de missões:

⁶ Tanto o entendimento de paisagem cultural quanto o seu instrumento de proteção – a Chancela – tem sido alvo de discussões e debates no âmbito do Iphan quanto acadêmico, com revisão da portaria n.127 de 2009. Ver em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1956>, acessado em 21 julho 2020.



O território das Missões jesuíticas dos *Guarani*, no Brasil, se caracteriza por possuir uma paisagem cultural de altos valores patrimoniais e ambientais, abrangendo 26 municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul. [...] As transformações ocorridas nesses sítios missioneiros ao longo de mais de dois séculos apresentam, nos dias atuais, situações distintas que podem ser caracterizadas desde aquelas onde se encontram estruturas expressivas, vestígios arqueológicos dispersos, até sítios sobre os quais se desenvolveram novas cidades (Iphan, 2014^a: 4).

Nesse sentido, este artigo objetiva apresentar, de forma exploratória, a ocupação do território missioneiro, buscando identificar as instituições envolvidas e como elas atuaram no intuito de promover ações de proteção do território. Dessa forma, parte-se do pressuposto que o atual território missioneiro é composto de diferentes culturas e identidades sobrepostas, desde o período anterior à ocupação reducional até os dias atuais, identificando a questão da imigração como fator importante desse processo. Entende-se que outras dimensões desse mesmo território podem, e devem, ser abordadas, entretanto o foco deste trabalho será o período das Missões Jesuíticas dos *Guarani* e o período que se seguiu a esse fato, no caso a imigração europeia no século XIX e início do século XX, que corresponde aos primeiros movimentos migratórios na região.

Após uma exposição geral introdutória sobre a temática da paisagem cultural, o trabalho buscará focar, na segunda e próxima parte do artigo, no estudo de caso das Missões, por meio da revisão de autores que se debruçam na pesquisa histórica da formação do território em questão – desde o período reducional até o processo de colonização por imigração europeia na região. Na terceira parte do trabalho, será abordada a questão patrimonial das Missões a partir de uma aproximação entre dois dos temas explorados no artigo – patrimônio e imigração. Nesse sentido, pretende-se enfatizar o pioneirismo do Rio Grande do Sul no reconhecimento do valor das Missões Jesuíticas dos *Guarani*, respaldado pela consulta a fontes primárias – os relatórios da Dtc. Na sequência, realizar-se-á a identificação das diversas etapas do processo de patrimonialização pelas quais as Reduções passaram em termos institucionais, até chegar a recente discussão de sua inserção enquanto paisagem cultural. Esse entendimento será obtido a partir de reflexões realizadas por autores da área, trabalhos acadêmicos e institucionais e de imagens de pesquisadores que tratam o tema - debate que estará presente na parte quatro do estudo.

A partir dessa abordagem, será possível identificar a multiplicidade da formação histórica e cultural das missões, ressaltando, de antemão, que a temática, dada sua complexidade e diferentes pontos de vista, não se esgota na discussão aqui presente, muito antes pelo contrário, propõe-se indicar alguns pontos para futuras reflexões e trabalhos.



1. A ocupação sistemática do território missioneiro: das Missões Jesuíticas dos *Guarani* à colonização por imigração europeia

A ocupação sistemática no território hoje identificado como missões, localizado ao Noroeste do Rio Grande do Sul, inicia-se oficialmente⁷ com a chegada luso-espanhola no local entre os séculos XVII e XVIII. Naquele momento a Companhia de Jesus, a serviço da coroa espanhola, visava a conversão religiosa dos nativos, iniciando um processo de redução de diversas comunidades indígenas, originando a Província jesuítica do Paraguai (Figura 1), que se estendia pelos territórios atualmente do Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil⁸.

As reduções visavam, além das atividades relacionadas à missão evangelizadora, a ocupação territorial e o aumento do número de cidadãos do reino de Espanha e, conseqüentemente, a garantia do domínio espanhol no Sul da América do Sul (Iphan, 2014).

Na Província jesuítica do Paraguai, conforme o mapa apresentado abaixo (Figura 2), é possível identificar 30 povoados (ou povos).

A estrutura desses aldeamentos seguia modelos de implantação urbana similares entre si⁹. Diferenciavam-se pela adaptação às condições e à geografia do local, e pelas características arquitetônicas das edificações, que podiam apresentar diferenças dependendo da origem cultural dos padres jesuítas responsáveis pela administração local, assim como da disponibilidade de materiais. Para além desse núcleo urbano, existiam, na área periférica, estruturas de apoio às reduções, como as fontes de água, pedreiras, olarias, e demais estruturas. As estruturas, bem como os núcleos urbanos, eram interligadas entre si por caminhos que também conduziam às estruturas de sustentabilidade desse sistema, como as estâncias de gado, as plantações, as áreas de ervais (produção de erva mate) e as florestas.

As Reduções possuíam um número variado e limitado de habitantes, alcançando no máximo sete mil indígenas e três padres jesuítas. A partir deste número, era fundada uma nova redução, garantindo assim a sustentabilidade desse sistema (Custódio, 2002). Conforme aponta Cruz (1986: 24) «a ação estatal e a Igreja absorveram talentos, energias e potencialidades disponíveis dos indígenas, canalizando-as para atividades específicas e restringindo-as para uma maior autonomia». Assim, durante quase um século, os jesuítas buscaram uma adaptação entre costumes indígenas *Guarani* e legislação espanhola, o que desencadeou no enorme êxito dos povos missioneiros, pois as particularidades culturais

⁷ Cabe ressaltar que esse território já era ocupado, anteriormente à chegada europeia, por povos nativos, como os *Guarani*. Neste artigo, o recorte temporal já apresentado será feito a partir da chegada dos jesuítas no local.

⁸ No atual território brasileiro localizam-se os chamados ‘Sete povos das Missões’: São Francisco de Borja, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo Custódio, São Lourenço Mártir, São Miguel Arcanjo e São João Batista.

⁹ Diversos autores tratam especificamente sobre essa temática de ordenamento urbano das Missões, destaca-se aqui, além de Custódio (2002), os diversos trabalhos de Ramón Gutierrez.



indígenas¹⁰ foram utilizadas em benefício do processo de evangelização e do controle das fronteiras por parte da coroa espanhola (Cruz, 1986).

Figura 1 - América do Sul com a indicação da Província jesuítica do Paraguai



Fonte: Iphan/Rs, 2015.

Figura 2 - Trinta povos, sete deles em território atualmente brasileiro: Os sete povos das Missões



Fonte: Iphan/Rs, 2015.

O declínio do sistema reducional missioneiro¹¹ inicia-se na metade do século XVIII quando, com a negociação de delimitação territorial entre as coroas de Portugal e Espanha, ocorre a assinatura do Tratado de Madri em 1750, que previa a troca das Missões orientais (os Sete povos das Missões, no atual Brasil) pela Colônia de Sacramento (atualmente

¹⁰ Atualmente o protagonismo *Guarani* tem sido revisto, como aponta o *Dossiê de registro da Tava* (Iphan, 2014), que serviu de base para o processo de reconhecimento da dimensão *Guarani*, a *Tava* no sítio de São Miguel Arcanjo. Além disso, a narrativa *Guarani* vem sendo contada pelos próprios através de filmes, como os produzidos pela organização não governamental (Ong) *Vídeo nas aldeias*.

¹¹ Diversos autores trabalham com a história das Missões. Para maior aprofundamento, ver os trabalhos de Ana Lúcia Meira, Bartolomeu Meliá, Jean Baptista, Luiz Antônio Custódio, Ramón Gutierrez, Vladimir Stello, entre outros.



situada no Uruguai). Como consequência desse tratado, toda a população dessa região, considerada espanhola segundo a visão das duas coroas, deveria abandonar suas terras e bens e se dirigir para o território de Espanha, atravessando o Rio Uruguai. Esse fato não foi aceito pelos indígenas que, apoiados pelos jesuítas, desencadearam uma série de enfrentamentos e batalhas pela permanência nas suas terras: a guerra guaranítica (1753-1756) (Custódio, 2002).

Em função de outros tratados territoriais posteriormente assinados e com a determinação do rei Carlos III da Espanha sobre expulsão dos jesuítas dos territórios espanhóis em 1767, o sistema reducional, começa a se desestruturar. Como consequência da guerra somada às decisões políticas do reino espanhol, as reduções começam a ser gradativamente abandonadas pelos indígenas. Alguns voltaram para as matas, outros rumaram para o território espanhol do outro lado do Rio Uruguai, buscando segurança, outros se dirigiram para o Sul do território, fundando novas localidades em regiões de dominação portuguesa, enquanto outros ainda foram para fazendas gerenciadas por portugueses, tendo em vista sua experiência na criação de gado (Seixas, Hahn, 2017). Embora algumas das estruturas tenham permanecido habitadas até o final do século XIX, as tentativas de continuidade do sistema reducional, agora por parte do reino de Portugal, foram fracassadas, o que acabou acelerando o processo de arruinamento das estruturas das reduções, que também foram alvo de saques em busca do mítico «tesouro dos jesuítas» (Custódio, 2002).

O território em questão passou a se reconfigurar em 1801, quando, pelo Tratado de Badajós, as Missões passaram em definitivo para Portugal, sendo anexada a então capitania do Rio Grande de São Pedro (atual Estado do Rio Grande do Sul). A primeira tentativa de ocupação da região missioneira por imigração - como política de ocupação dos territórios esvaziados e como defesa contra os vizinhos castelhanos - ocorreu em 1825, com a chegada de alemães em São João Batista. Entretanto, a difícil situação de isolamento fez com que uma parte abandonasse o local, retornando para São Leopoldo¹² ou migrasse para os pampas. Em seguida, entre 1830 e 1850, iniciou-se a ocupação das terras por luso-brasileiros por meio da concessão de sesmarias, formando as chamadas estâncias, verdadeiros latifúndios com construções isoladas e sem constituição de núcleos urbanos.

A partir da segunda metade do século XIX, o processo ganhou força e estabeleceram-se em terras missioneiras militares e tropeiros de gado vindos de São Paulo, Curitiba, Laguna, entre outros locais. Em suas incursões, formaram o chamado 'caminho das Missões', entre as atuais cidades de Vacaria e São Borja, onde instalaram fazendas com base em mão de obra escrava. O intuito era ocupar o território por meio de concessões de terras para proteção de invasões argentinas e uruguaias. Em decorrência dessas ocupações luso-brasileiras formou-se uma nova cultura e um novo povo (Cruz, 1986). Soma-se ao período pós-reducional um domínio territorial indígena (daqueles que permaneceram nas matas da região), que

¹² Localidade onde estabeleceram-se os primeiros imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, em 1824.



ocasionavam constantes conflitos com os invasores luso-brasileiros. Negligenciados pela coroa portuguesa, ocuparam também as áreas florestais os chamados caboclos (mestiços ou nacionais), coletores pobres que de maneira nômade percorriam os ervais da região Norte (Rückert, 1997).

A partir do início do século XIX, o Brasil passou a receber imigrantes europeus enquanto mão de obra livre, processo que alcançou larga escala ao final do mesmo século, tendo fim somente no começo do século XX. Neste entremeio, em 1850, foi criada a lei de terras, que tornou a obtenção da terra exclusivamente por meio da compra, criando assim um obstáculo ao acesso à propriedade rural, de modo que a mão de obra imigrante e livre fosse forçada a trabalhar para os grandes fazendeiros de café no Sudeste brasileiro, em decorrência da iminente abolição da escravidão (ocorrida no Brasil em 1888). A vinda de imigrantes para o Brasil emergiu do fim do trabalho escravo, da necessidade de desenvolvimento da agricultura, da diversificação da economia, da ocupação dos territórios vazios e da oportunidade de valorização das terras por meio da colonização. Esta última, no Rio Grande do Sul, fez com que os latifundiários da região iniciassem a venda de lotes criando colônias particulares, inaugurando no Brasil um mercado de terras (Rückert, 1997).

Os imigrantes recebem a terra para pagar a longo prazo e subsídios para praticarem uma agricultura de alimentos nas áreas florestais. Além disso, no Sul do Brasil, a imigração faz parte da política de povoamento do território meridional fronteiro com os Países da bacia do Prata por ser uma região altamente estratégica em termos geopolíticos. Ao mesmo tempo, desenvolve-se uma política no sentido de tornar o Rio Grande do Sul um celeiro no abastecimento para o mercado das regiões agroexportadoras; trata-se ainda de uma política de valorização das terras (Rückert, 1997: 66).

Assim, uma nova forma de demarcação e de acesso à terra foi inaugurada no País, contrastando com os apossamentos de grandes parcelas de terras que eram regra até então. Com a política de colonização por imigração, houve a inserção no território sul-rio-grandense de uma paisagem marcada pela pequena propriedade, modelo de ocupação que se alastrou pela serra e posteriormente para toda a região Norte do Rio Grande do Sul.

Na região missioneira, a partir de 1850 foi iniciada a venda de lotes ainda não demarcados para colonos imigrantes, em terrenos que não eram de seu interesse pela predominância de mato ou ervais, não sendo adequados para a criação de gado (Cruz, 1986).

Em meados do século XIX¹³, dois dos grandes latifundiários da região missioneira deram início a ocupação da antiga Redução de Santo Ângelo, aproximadamente um século após o declínio enquanto Missão Jesuítica dos *Guarani*. Um juiz de São Borja que esteve no local à época, deixou registros de sua passagem pela região missioneira e sobre a mesma comentou que:

¹³ No mesmo período foi criado o município de Cruz Alta, pela lei n.335, de 14 de janeiro de 1857, que tinha entre seus distritos Santo Ângelo (que no mesmo ano foi elevado à categoria de Freguesia) e São Miguel da Missões (Cruz, 1986).



Em 1859, combinaram o citado Antônio Manoel de Oliveira e o doutor Antônio Gomes Pinheiro Machado, então vereador da Câmara de Cruz Alta, aproveitar o local da antiga redução para ser sede de paróquia. O mato, que crescera, mal permitia avistar de longe, por entre as frondes das árvores, a parte superior do frontispício do antigo templo. Em março desse ano, aí passamos e não conseguimos entrar para observar as ruínas, tão espesso era o mato e tantos também os espinhos. Meses depois, os citados Antônio Manoel e alguns amigos conseguiram abrir um largo caminho e pôr descoberto todas as ruínas. Sobre esses escombros, começou a nova povoação aproveitando a planta da antiga redução (Silveira, 1979: 171).

Inicia-se assim um processo de reocupação territorial, unindo a estrutura reducional abandonada e em ruínas e os novos ocupantes daquele território. Com a chegada dos imigrantes, houve um processo gradual de reaproveitamento dos materiais das antigas estruturas missioneiras, dito ‘material missioneiro’ – pedras, toras de madeira, telhas e pisos de cerâmica, etc. – para a construção das novas moradias, tanto rurais (Figura 3) quanto urbanas. As antigas reduções de São Francisco de Borja, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio tiveram recobrimento quase completo de todos os vestígios físicos dos antigos aldeamentos por novas construções¹⁴.

Esse processo de utilização do material missioneiro nas novas edificações é identificado em diferentes relatos. Na visita em 1859, segundo Silveira, a igreja ainda estava com o frontispício intacto, inclusive conservava seus adornos. Ao lado da porta principal, destacou a presença de imagens de Santo Inácio e de São Pedro Nolasco dentro de nichos (Silveira, 1979). Em posterior visita de Silveira a Santo Ângelo, em 1886, o viajante apontou que

em nossa visita de 1886, começavam a demolir parte do frontispício para aproveitar os materiais da capela, que pretendiam construir. Com efeito, veio tudo abaixo, com exceção de duas colunas ainda conservadas, uma caída sobre o solo, outra ainda em pé e a prumo, ambas monolíticas. Não se completou o pensamento do restaurador dessa redução, que era aproveitar todo o frontispício e construir o corpo da igreja, menor que o antigo (Silveira, 1979: 171).

Em relação a São Miguel¹⁵, nenhuma sede urbana foi criada em seu entorno da forma como ocorreu em Santo Ângelo, tendo as suas estruturas permanecido abandonadas até 1926, quando foi realizado um loteamento urbano em torno das ruínas da antiga redução. Em 1904, o viajante italiano Vittorio Buccelli realizou um registro documental e fotográfico com intuito de criar um testemunho acerca das colônias italianas do Rio Grande do Sul (com viés propagandista), passando pela região das missões e por São Miguel. Segundo o viajante, a região tinha grandes chances de prosperar enquanto zona colonial com a conclusão da ferrovia São Paulo-Rio Grande

¹⁴ Os povoados de São Lourenço Mártir, São Miguel Arcanjo e São João Batista, que ainda apresentavam estruturas mais íntegras do período reducional, foram reconhecidos como sítios históricos e tombados como patrimônio nacional.

¹⁵ A Vila de São Miguel das Missões emancipou-se de Santo Ângelo somente em 1988.



que cortaria o município de Cruz Alta e ligaria as novas colônias de imigração (Ijuí, Comandá e Guaraní) e os antigos povoados missioneiros (Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Borja) (Buccelli, 2016).

Figura 3 - Soleira de porta em casa rural no distrito de São Lourenço. Uso de pedra decorada das reduções



Fonte: Vladimir Stello, 2007.

Conforme Iotti (2010), entre 1874 e 1889 houve um fortalecimento do fluxo migratório, sobretudo a partir de 1875, com a chegada dos imigrantes italianos¹⁶. Manfroi (2001) entende que o fato é explicado pela grave crise econômica pela qual a Itália, recém unificada (1861), passou entre os anos de 1884 a 1894. O excedente populacional, a instauração do modelo capitalista de produção, o fim do artesanato e a expulsão do camponês da terra, levaram a população italiana a situações de miséria e fome, pois a indústria não foi capaz de introduzi-los enquanto mão de obra (Iotti, 2010). Com a estruturação de uma política imigrante no Brasil, a «empresa emigratória italiana somou-se a empresa emigratória brasileira, envolvendo ambas em vultuosos interesses econômicos» (Giron, 1980: 58). Os lucros do empreendimento emigratório ficaram parte com as companhias de navegação italianas e parte com as companhias comerciais. Além disso, posteriormente, remessas de dinheiro dos imigrantes para os parentes que continuaram na Itália geraram um movimento de capital altamente rentável. Criaram-se companhias de colonização,

¹⁶ Também é apontada a alta produção de café em São Paulo e a restrição da imigração para os EUA como fatores da intensa imigração italiana para o Brasil (Giron, 1980).



inspetorias regionais e comissões de terras para garantir o empreendimento da imigração no Brasil (Giron, 1980). No Rio Grande do Sul

a irradiação italiana atingiu toda a margem meridional do Planalto e, a Leste, alcançou os Aparados da Serra. Mas a grande linha de conquista foi a direção Noroeste. Depois de ter ocupado as últimas reservas florestais do Vale do rio Uruguai, se estendeu pelo Oeste catarinense, ao longo da estrada Chapecó-Clavelândia, e pelo Sudoeste paranaense. Toda esta região foi povoada por descendentes dos primeiros imigrantes, alemães, italianos e poloneses. Mas a presença do elemento italiano foi predominante na maioria destas zonas coloniais (Manfroí, 2001: 69-70).

A partir de 1891 diversas colônias de imigração foram criadas na região, sendo de caráter oficial (ou federal), estadual, municipal ou criadas por particulares, recebendo um número considerável de imigrantes. As maiores colônias em termos de área na região de Santo Ângelo foram a de Guaraní (1891, oficial) e a de Santa Rosa (1915, estadual), recebendo imigrantes de diferentes etnias, mas principalmente alemães e italianos (Giron, Bergamaschi, 2004). Os minifúndios coloniais, comentados anteriormente, conformaram um novo modelo de ocupação territorial na região, desmembrados de sesmarias e vendidos, estando localizados, principalmente, em áreas de matas. O território sul-rio-grandense passou a receber inúmeras pequenas propriedades coloniais, trazendo para a região Noroeste uma alteração da paisagem que havia sido estabelecida até então. «Alguns imigrantes conseguiram transformar seu lote em um verdadeiro módulo rural, isto é, uma área de terras agriculturável que constituía um imóvel isolado, como propriedade familiar» (Cruz, 1986: 176). Diferentemente do modelo missionário com base comunitária empregado nas Missões Jesuíticas dos *Guarani*, a promoção da colonização por minifúndios ocasionou, em seus inícios, um distanciamento e um isolamento entre os imigrantes. Configuram-se assim paisagens e modos de vida bem distintos entre si em uma mesma região (Cruz, 1986). Na virada do século XIX para o XX

a paisagem passou por uma profunda modificação. Imigrantes alemães, italianos e poloneses, entre outros, chegaram à Região, modificando a realidade econômica e cultural, fundando novos núcleos rurais e urbanos utilizando as referências construtivas europeias aliadas a disponibilidade da matéria prima regional. Estes colonizadores iniciaram a derrubada dos bosques para dar lugar às construções e plantios, introduziram o cultivo de novos produtos agrícolas e a criação de animais para o consumo da população, assim como a instalação de indústrias caseiras, estabelecimentos comerciais e escolas. Trouxeram consigo também costumes religiosos, festas, jogos que até hoje fazem parte das tradições da Região (Stello, 2013: 180).

Em 1889 o Brasil entra em seu período republicano e os trabalhos de colonização passam para os recém criados Estados federados do País. No Rio Grande do Sul, a Dtc foi a responsável pela administração da colonização do território que, entre 1897 e 1931, com a emergência do capitalismo industrial no País, expandiu-se, criando novas colônias por toda região Norte



(Rückert, 1997). Os ocupantes desses novos núcleos coloniais eram os próprios nacionais, os imigrantes que já residiam no Estado e os descendentes dos imigrantes das colônias antigas, principalmente alemães e italianos.

2. A valorização patrimonial: o pioneirismo da Diretoria de terras e colonização e a recente ideia de paisagem cultural

A Dtc era o setor responsável por gerir, estruturar e organizar a ocupação do território sul-rio-grandense, dentro da Sop. A criação, pelo governo estadual, de uma diretoria específica com a função de administrar a questão fundiária era parte da continuidade da política de colonização por imigração estrangeira (sobretudo de alemães e italianos) que a partir do início do século XIX passou a ser empreendida no Rio Grande do Sul.

Durante o tempo de atividade da Dtc (1907¹⁷-1929) esteve no governo do Estado o Partido republicano rio-grandense (Prr) (de 1892-1930), que tinha como base a corrente ideológica e filosófica positivista, alinhada às teorias do francês Auguste Comte. No Rio Grande do Sul esse pensamento, baseado em aspectos científicos, políticos e religiosos doutrinadores, foi diretamente aplicado no texto da sua primeira constituição estadual, de 1891; além disso, influenciava também os funcionários, técnicos, e seus trabalhos na Sop, visando sobretudo a eficiência administrativa e o equilíbrio orçamentário do Estado (Pinto, 1986). Para os positivistas, com a contribuição da ciência e mantida a ordem social, seria possível enfrentar qualquer problema na direção do progresso (Souza, 2010).

No geral, a Dtc realizava medições, demarcações e legitimações de posses de terras devolutas, que se traduzem em terras públicas sem destinação de uso. Os assuntos das terras e da colonização, desde o princípio, tinham como função «aproveitar eficazmente as terras do Estado para o bem da prosperidade agrícola» (Sop, Relatório de 1898: 9). Também foi de sua competência o projeto e a implantação de núcleos urbanos no Norte do território, visando dar apoio às novas áreas agrícolas. A administração e a fiscalização das frentes de ocupação territorial eram realizadas por meio de comissões de funcionários responsáveis por cada colônia, denominadas Comissões de terras e colonização e relatórios anuais eram confeccionados informando os trabalhos empreendidos em cada colônia e os trabalhos gerais da Dtc.

Em 10 de agosto de 1922 foi aprovado o decreto n.3.004, que regulamentou as terras públicas e o seu povoamento e dispôs sobre «os serviços de discriminação de terras, legitimação de posses, povoamento, protecção aos indígenas e aos nacionais, conservação e exploração das mattas» (Rio Grande do Sul, 1922: 254). No decreto, o breve capítulo VII, chamado *logares historicos*, em seu único artigo 24, descreve que «serão mantidos em dominio publico, ou traduzidos para

¹⁷ Anteriormente a Dtc era parte da Diretoria de obras públicas, terras e colonização, da mesma secretaria.



este e devidamente conservados, os logares notabilizados por factos assignalados da evolução do Estado» (Rio Grande do Sul, 1922: 260).

A questão dos *lugares históricos* do Rio Grande do Sul começou a ser tratada por meio de uma discussão anterior ao regulamento, que ocorria nos relatórios anuais produzidos pela Dtc, com a primeira menção a questão em 1916 (Sop, Relatório de 1916: 132). Em 1922, ano da aprovação do regulamento, o relatório anual da Dtc trouxe que

desde o projecto inicial da reforma do Regulamento de terras, apresentado em 2 de junho de 1915, incluímos um capítulo relativo aos logares historicos. Acha-se elle reproduzido na ultima redacção dada ao mesmo tempo, em 17 de junho de 1921, e mereceu já a vossa aprovação. A disposição regulamentar projectada é para manter o Estado no seu domínio ou trazer para este, e conserva-los, os logares notabilizados por factos assignalados da evolução do Estado. Fazemos novamente menção especial desta medida pela urgencia de providencias na defesa da conservação, especialmente das ruínas das antigas missões jesuítas, particularmente as de São Miguel, no município de São Luiz Gonzaga, que são notaveis (Sop, Relatório de 1922: 431).

É nesse contexto que, pela primeira vez, São Miguel das Missões recebe atenção do poder público de maneira institucionalizada. O reconhecimento, indicado atualmente como uma ação pioneira na salvaguarda do patrimônio cultural, impediu o avanço do processo de desmonte das estruturas missionárias, garantindo a preservação das ruínas da antiga igreja (Meira, 2008).

Figura 4 - Fachada principal das ruínas de São Miguel das Missões



Fonte: Sop, Relatório de 1924, s.p. Memorial do legislativo do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/Rs.

Com o reconhecimento e a valorização desse bem missionário, há uma preocupação com as estruturas. Assim, no relatório anual publicado em 1924, foram apresentadas seis fotografias das ruínas de São Miguel, sem menções textuais sobre elas (Sop, Relatório de



1924). A imagem da fachada principal, apresentada a seguir, demonstra o completo abandono em que se encontrava o edifício histórico naquele momento (Figura 4).

No relatório da Sop publicado em 1925, em item com título *logares históricos*, foram apresentadas oito fotografias, sendo algumas delas do edifício e outros das estátuas sacras, produzidas pelos indígenas e que estariam em posse de moradores da região (Sop, Relatório de 1925) (Figuras 5 e 6).

Figura 5 - Ruínas de São Miguel das Missões



Fonte: Sop, Relatório de 1925, s.p. Memorial do legislativo do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/Rs.

Figura 6 - Imagens encontradas em residências próximas a São Miguel das Missões



Fonte: Sop, Relatório de 1925, s.p. Memorial do legislativo do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/Rs.



O relatório ainda cita o art.24 do regulamento de 1922 e descreve que

São Miguel constituía um dos Sete povos das Missões. O templo de São Miguel era uma obra magestosa, conforme se póde ver daquellas fotografias e das novas imagens que reuniremos no presente relatório, por ocasião da reunião deste. Em 22 de janeiro do corrente anno, encaminhamos ao vosso antecessor nova proposta de conservação e defesa das ruínas, ameaçadas de completa destruição, pela ação do tempo, ajudada pela dos homens, especialmente retirando pedras das paredes arruinadas. Essa proposta acompanhou uma exposição do engenheiro João de Abreu Dahne, chefe da Comissão de Santa Rosa, de 12 de fevereiro, dando conta das condições em que se acham as ruínas e orçando as despesas de immediata conservação em 15.000\$000, mais a despesa annual de um guarda. Esperamos que, ainda no corrente anno, seja autorisada a urgente reparação e conservação permanente dessas inestimáveis reliquias historicas (Sop, Relatório de 1925: 387).

O pedido da conservação, como visto, partiu do engenheiro João de Abreu Dahne, chefe da Comissão de terras da colônia Santa Rosa¹⁸, próxima ao sítio de São Miguel. Considerando o risco de desabamento da estrutura da Igreja, iniciou-se, entre os anos de 1925 e 1927, o processo de consolidação e limpeza do local, assim como escoramento das estruturas de pedra com trilhos metálicos (Stello, 2005) (Figura 7). No relatório da Dtc publicado em 1926 são apresentadas doze fotografias de imagens religiosas e do andamento do processo de conservação realizado pela própria Comissão de terras de Santa Rosa. É nesse momento que ocorre, autorizado pelo governo estadual, um primeiro ato de cuidado com o patrimônio jesuítico *Guarani*.

Após essa identificação, reconhecimento e primeiras ações da Dtc em relação ao patrimônio jesuítico *Guarani*, a valorização patrimonial adquiriu outras escalas. Em âmbito nacional, a atuação institucionalizada na região das missões, principalmente no sítio de São Miguel Arcanjo coincide com a trajetória nacional de preservação e do seu órgão (Iphan). Fonseca (2009) indica que a fase inicial da preservação brasileira, começa com a criação do Iphan (1937) e se estende até aproximadamente a década de 1970, período em que o foco era conhecer e valorizar a ‘identidade nacional’, o ‘patrimônio brasileiro’, incluindo bens de valor ‘monumental’. Assim, neste contexto de ‘busca pela identidade’, e de (re)conhecimento do patrimônio nacional, em 1937, o arquiteto Lúcio Costa, por solicitação da presidência do Iphan, realiza uma viagem de reconhecimento à região missioneira para verificar as estruturas remanescentes. Da visita técnica resultam recomendações sobre as ações para a conservação e a consolidação da Igreja, assim como a proposta da construção do Museu das Missões para abrigar as esculturas de madeira que se encontravam espalhadas.

¹⁸ A colônia Santa Rosa foi criada em 5 de janeiro de 1915, pelo Estado, enquanto 5º Distrito do município de Santo Ângelo e foi ocupada principalmente pelos chamados nacionais (Sop, Relatório de 1917).



Figura 7 - Escoramento da fachada da Igreja de São Miguel pela Dtc



Fonte: Sop, Relatório de 1926, s.p. Memorial do legislativo do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/Rs.

A partir daí, é possível identificar diferentes processos institucionais¹⁹ pelos quais a região passou, evidenciando a valorização da narrativa jesuítica e apenas mais recentemente da *Guarani*. Nacionalmente a valorização inicia com o tombamento²⁰ como patrimônio nacional, em 1938, do sítio histórico de São Miguel Arcanjo, acompanhado, em 1970, pelos demais sítios: São João Batista (município de Entre-Ijuís), São Lourenço Mártir (em São Luiz Gonzaga) e São Nicolau (município de mesmo nome).

Em 1983 a Unesco inscreveu na lista do Patrimônio mundial as ruínas de São Miguel Arcanjo²¹. Em 2002, o Instituto do patrimônio histórico e artístico do estado (Iphae) abre processo para o tombamento da área central de Santo Ângelo, correspondente à área da antiga redução jesuítica, sobre a qual existem ainda hoje muitas edificações construídas com material missioneiro, indicando assim, um olhar para além do período reducional. Extrapolando-se o entendimento para além dos sítios isolados, em 2009 ocorre a criação do

¹⁹ Este artigo não pretende aprofundar os processos de valorização da região missioneira, apenas indicar as diferentes escalas e atores envolvidos. Para maior aprofundamento, ver Seixas, Silva (2016) e Seixas, Hahn (2017).

²⁰ Existem instrumentos legais para a proteção do patrimônio brasileiro, dependendo de sua natureza: *tombamento* para a proteção do patrimônio material, o *registro* para o patrimônio imaterial e a *chancela* para a paisagem cultural.

²¹ Juntamente com as ruínas de San Ignacio Mini, Santa Ana, Nuestra Señora de Loreto e Santa María La Major da Argentina.



Parque histórico nacional das missões (Phnm) compreendendo os quatro sítios – São Miguel Arcanjo, São Nicolau, São Lourenço Mártir e São João Batista – como parte de um sistema único. Buscando-se valorizar bens culturais além daqueles do período reducional, o Iphan, em 2013, tomba duas edificações construídas no período pós reducional com material missioneiro, na cidade de São Nicolau.

A narrativa *Guarani* é finalmente reconhecida como patrimônio cultural com o registro de São Miguel Arcanjo como *Tava, lugar de referência para o povo Guarani* em 2014. Significados e sentidos do povo nativo passam a ser reconhecidos como parte formadora desse patrimônio. Nos anos seguintes ocorre a declaração como patrimônio do Mercado comum do sul (Mercosul) em 2015 (patrimônio material) e em 2018 (patrimônio imaterial).

A questão da paisagem cultural missioneira, embora já fizesse parte das reflexões de pesquisadores e técnicos, é institucionalizada, em 2013, com o lançamento do *Projeto de valorização da paisagem cultural e do Parque histórico nacional das Missões Jesuíticas dos Guarani* em cooperação da Unesco. Assim, o conceito de paisagem cultural, presente nas discussões do Iphan, oficialmente, desde 2009, com a portaria já citada, é pontuado e discutido, de uma forma mais sistemática, para a região das missões. As discussões no âmbito do Projeto partem, portanto, de uma abordagem do território missioneiro como paisagem cultural, visando à interação entre os diferentes processos histórico-culturais e o meio ambiente. Dessa forma, a proposta é a valorização dos sítios protegidos e

evoluir na aplicação dos instrumentais técnico-jurídicos e das políticas públicas voltadas à preservação, por meio de ações amplas, desenvolvidas a partir do conceito de território, relacionando o fato histórico com seu espaço geográfico, seu contexto natural/paisagístico e sociocultural (Iphan, 2015: on-line).

Para alcançar esses objetivos, foram elencadas algumas estratégias, como por exemplo, o levantamento de informações e de documentação referente ao patrimônio do território do antigo sistema missioneiro, assim como dos elementos significativos a partir da interação das novas culturas de imigrantes à pré-existência encontrada (Seixas, Silva, 2016; Seixas, Hahn, 2017).

3. A ‘paisagem cultural missioneira’: uma paisagem de sobreposições constantemente em construção

Diversos autores indicam a complexidade do território das missões (Stello, 2013) e a presença de outros bens passíveis de patrimonialização na região e para além dela. Compreende-se a experiência missioneira como muito mais profunda e extensa que o período reducional e os sítios já tombados: há outros lugares e bens ainda a serem estudados e outros processos históricos nesse mesmo território, desde o período anterior às reduções jesuíticas dos *Guarani* (com a presença de população indígena pré-colonização) como períodos posteriores, com a vinda dos imigrantes, recorte desse artigo.



Assim, entre os anos de 2006 e 2008, a partir de um convênio entre o Iphan e o Instituto Andaluz do patrimônio histórico (Iaph) da Espanha, foram desenvolvidos estudos sobre o tema de Missões e da região, buscando aprofundar conhecimentos já existentes e indicar novas narrativas presentes no território. Durante este trabalho foram identificados centenas de locais de valor cultural, referentes ao período anterior à implantação do sistema reducional, assim como do período reducional e pós reducional.

Essas informações, pouco conhecidas pelas autoridades competentes, apontam a necessidade de novos entendimentos e ações de proteção patrimonial (Stello, 2013).

Observa-se a dimensão e a riqueza cultural da região ligada aos diversos processos históricos nela ocorridos, sendo até o momento pouco valorizados de forma institucional enquanto patrimônio cultural²² (Stello, 2013). Para além do período histórico reducional em questão²³ e buscando na região das missões outras referências, observa-se a forte presença da cultura de imigração no período pós reducional, conforme apontado. Dessa forma, entender o processo de transformações da paisagem missioneira inclui, necessariamente, contemplar a rica arquitetura imigrante, com edificações luso-brasileiras, casas em técnica enxaimel, com traços da cultura italiana e polonesa²⁴ (Figuras 8 e 9).

Figura 8 - Casa luso-brasileira na cidade de Bossoroca



Fonte: Villegas, 2008 apud Stello, 2013.

²² Existe a proteção do patrimônio arqueológico (Lei n.3924 de 26 de julho de 1961), porém o que esse artigo quer indicar é um reconhecimento enquanto patrimônio material e/ou imaterial.

²³ Existem estruturas do período reducional que faziam parte da antiga Província jesuítica do Paraguai e que não se encontram na região atualmente entendida como 'missões', por exemplo, estruturas localizadas no Sul do Estado.

²⁴ Stello (2013) identificou em sua tese estilos arquitetônicos como o eclético e o *art déco*, mas por não estarem diretamente relacionados aos primeiros processos de imigração, não serão abordados neste artigo.



Figura 9 - Casa feita com técnica enxaimel, localizada em Cerro Largo



Fonte: Villegas, 2008 apud Stello, 2013.

Figura 10 - Casa em Roque Gonzalez com entalhes em madeira característicos da imigração italiana



Fonte: Villegas, 2008 apud Stello, 2013.



Figura 11 - Casa em Guaraní das Missões construída sem o uso de pregos, apenas encaixes



Fonte: Villegas, 2008 apud Stello, 2013.

Além da questão material, dos bens visíveis na forma de construções, há na região uma rica diversidade de saberes e costumes trazidos pelos imigrantes: festas populares e religiosas, danças, pratos típicos, artesanato, vestimentas, jogos e tantas outras formas de manifestação de uma dimensão imaterial desse processo histórico de imigração. Existem comunidades que preservam e buscam resgatar sua língua (como os poloneses em Guaraní das Missões), costumes e identidades (Stello, 2013) (Figuras 12 e 13).

Desde a década de 1970 observa-se também uma alteração na paisagem natural da região através da mecanização da agricultura e da inclusão de novas culturas agrícolas como a canola e o girassol (Figuras 14 e 15), além da soja e do trigo já produzidos na região (Stello, 2013). Isso acarreta novas transformações na paisagem natural e na relação homem e ambiente, o que acaba por enriquecer e complexificar ainda mais a região.



Figura 12 - Pysanky, ovos decorados, artesanato polonês



Fonte: Prefeitura municipal Guarani das Missões apud Stello 2013.

Figura 13 - Kerbfest em São Paulo das Missões



Fonte: Radio missioneira, 2019.

Figura 14 - Plantação de canola



Fonte: Vladimir Stello, 2008.

Figura 15 - Plantação de girassol



Fonte: Vladimir Stello, 2006.

Observa-se que há uma identidade cultural na região além daquela institucionalmente valorizada desde as primeiras ações da Dtc. Trata-se de uma «mescla de passado e presente, de edificações de períodos diferentes, de culturas de várias origens convivendo harmoniosamente» (Stello, 2013: 206). Existem diferentes maneiras de ver o território missioneiro, indicando a necessidade de um estudo mais aprofundado, privilegiando não apenas as ruínas jesuíticas



Guarani, mas também as outras narrativas presentes: trata-se de um território com diferentes possíveis interpretações e narrativas.

4. Considerações finais

Desde a década de 1920, a região das missões é reconhecida como parte constituinte e formadora da identidade sul-rio-grandense e brasileira, em virtude do pioneirismo da Dtc ao declarar São Miguel Arcanjo um ‘lugar histórico’. Em um período marcado pela larga implantação de colônias de imigração na região Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul pelo governo estadual, o trabalho dos técnicos engenheiros da diretoria ampliou-se para além da incumbência de administrar e organizar o povoamento da região e lançou um primeiro olhar para o patrimônio missioneiro enquanto estruturas importantes para entender a história do Estado. O pioneirismo da Dtc pode estar relacionado à visão positivista do partido que liderou o Estado no período. Dentre os pontos principais da constituição política do Rio Grande do Sul estava «o não-reconhecimento de uma única nação brasileira, mas de várias nações brasileiras provisoriamente organizadas sob uma federação» (Pinto, 1986 :36). Conforme consta nos relatórios, os técnicos da Dtc consideraram fundamental as ruínas da igreja de São Miguel enquanto *locus* de entendimento da evolução histórica do Estado. Além disso, os engenheiros positivistas do Rio Grande do Sul, além da preocupação com a técnica empregada nas obras públicas, acreditavam no caráter social da engenharia e sua contribuição para o progresso da ciência e da sociedade (Souza, 2010).

Atualmente, as Missões Jesuíticas dos *Guarani* possuem diferentes escalas de reconhecimento patrimonial, desde estadual até mundial, passando por nacional e do Mercosul. Observa-se, entretanto, que ao longo dos anos, o foco da patrimonialização e de ações institucionais foi o período reducional, de maneira mais específica as grandes estruturas dos núcleos urbanos que formavam as Reduções. Estruturas dispersas, embora reconhecidas, não foram, ainda, alvo de preservação de maneira institucionalizada. A narrativa *Guarani*, embora presente e importante ao longo de toda a história, apenas recentemente adquire uma importância maior, um protagonismo, com o reconhecimento da *Tava*.

Alargando-se a discussão, observa-se, que a região é mais ampla e complexa que o período histórico das reduções ou que a delimitação dos quatro sítios históricos que ainda apresentam estruturas físicas. Existem outras estruturas do mesmo período dispersas no território do Rio Grande do Sul e nos Países que compunham a antiga província do Paraguai. Além disso, percebe-se na região o que podemos chamar de uma sobreposição de culturas, com a imigração trazendo uma nova maneira de interação com o meio ambiente e uma outra configuração espacial, social e urbana. A imigração agregou ao território já rico pelas dimensões indígenas e jesuíticas, novas identidades, costumes, línguas, etc. Diferentes elementos, temporalidades e temáticas são possíveis para o território, entendendo-o como em contínua transformação, dinâmico, como toda a paisagem. Através do reconhecimento do ‘acúmulo de culturas’, pode-se entender e valorizar



diferentes processos do mesmo território, que formam a paisagem e a identidade missioneira. Considerando a própria ideia do Iphan sobre paisagem cultural, missões trata-se de uma porção peculiar, representando a interação do homem com o meio natural, imprimindo marcas de diferentes temporalidades em um mesmo território.

Assim, o presente ensaio buscou apresentar, de uma maneira ainda exploratória, a complexidade da paisagem cultural da região missioneira. Não se teve a pretensão de aprofundar a temática em si, considerando que se trata de temas complexos e de conceitos ainda em construção. O que se propôs foi indicar a necessidade de entender que a temática missioneira, os processos de valorização e as instituições envolvidas de maneira mais ampla, abrindo uma outra perspectiva e um outro olhar para o mesmo território. Buscou-se, assim, instigar pesquisas futuras, partindo de reflexões de pesquisadores aqui citados, que possam compreender e ampliar os horizontes missioneiros.

Referências bibliográficas / References

- Buccelli V., *Uma viagem ao Rio Grande do Sul*, Edições do Senado Federal, 219, Brasília, 2016.
- Custódio L.A., *A Redução de São Miguel Arcanjo. Contribuições ao estudo da tipologia urbana missioneira*, dissertação (mestrado em planejamento urbano e regional), Faculdade de arquitetura, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- Cruz B.M. da, *Santo Ângelo: um município em construção das missões até 1930*, Gráfica Santo Ângelo, Santo Ângelo, 1986.
- Fonseca M.C.L., *O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*, 3ª edição, ed. Ufrj, Rio de Janeiro, 2009.
- Giron L.S., *A imigração italiana no RS: fatores determinantes*, in Dacanal J.H., Gonzaga S. (org.), *RS: imigração e colonização*, Mercado Aberto, Porto Alegre, 1980, pp.47-65.
- Giron L.S., Bergamaschi H.E., *Terra e homens: colônias e colonos no Brasil*, Educ, Caxias do Sul, 2004.
- Iphan, *Dossiê de registro / Iphan. Tava, lugar de referência para os Guarani*, 2014, em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_da_Tava_Lugar_de_Referencia_para_o_povo_guarani\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_da_Tava_Lugar_de_Referencia_para_o_povo_guarani(1).pdf), acessado em 3 julho 2020.
- Iphan, *Projeto de cooperação técnica internacional entre o Iphan e a Unesco. Valorização da paisagem cultural e do Parque histórico nacional das Missões Jesuítica dos Guarani*, Brasília, 2014^a.
- Iphan, *Parque histórico nacional das Missões Rio Grande do Sul*, 2015, em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parque%20Hist%C3%B3rico%20Nacional%20das%20Miss%C3%B5es_Eduardo%20Hahn.pdf, acessado em 3 julho 2020.



- Iphan, *Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional*, 2020, em <http://portal.iphan.gov.br>, consultado em 4 julho 2020.
- Iotti L.H., *Imigração e poder. A palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)*, Educs, Caxias do Sul, 2010.
- Manfroi O., *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*, Porto Alegre, Est Edições, 2001.
- Meira A.L. *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*, Universidade federal do Rio Grande do Sul [s. l.], 2008.
- Pinto C.R.J., *Positivismo: um projeto político alternativo (Rs: 1889-1930)*, L&Pm Editores S.A., Porto Alegre, 1986.
- Rio Grande do Sul, *Decreto n.3.004*, de 10 de agosto de 1922.
- Rückert A.A., *A trajetória da terra: ocupação e colonização do Centro-Norte do Rio Grande do Sul, 1837-1931*, Ediupf, Passo Fundo, 1997.
- Scifoni S., *Paisagem cultural*, in Grieco B., Teixeira L., Thompson A. (orgs.), *Dicionário Iphan de patrimônio cultural*, 2ª ed. rev. ampl., Iphan/Daf/Copedoc, Rio de Janeiro-Brasília, 2016 (verbete).
- Seixas A.L., Silva A.A., *Paisagem cultural missioneira. Desafios para a valoração e gestão do Parque histórico nacional das Missões. 4º Colóquio ibero-americano paisagem cultural*, Patrimônio e projeto, Belo Horizonte, 2016.
- Seixas A.L., Hahn E., *Transformação da paisagem missioneira. O caso do Parque histórico nacional das Missões no Rio Grande do Sul. 1º Simpósio científico icomos Brasil*, Belo Horizonte, 2017.
- Silveira H., *As missões orientais e seus antigos domínios*, Erus, Porto Alegre, 1979.
- Sop - Secretaria de Estado dos negocios das obras publicas do Estado do Rio Grande do Sul, *Relatorio [Relatório de 1898]*, apresentado ao exm. se. desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, por João José Pereira Parobé, Secretario de Estado, em 30 de julho de 1898, Officinas Graphics d'A Federação, Porto Alegre, 1898.
- Sop - Secretaria de Estado dos negocios das obras publicas do Estado do Rio Grande do Sul, *Relatorio [Relatório de 1916]*, apresentado ao exmo. sr. general Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-presidente em exercício do Rio Grande do Sul pelo dr. Protasio Alves, Secretario de Estado, interino, dos negocios das obras publicas, em 9 de setembro de 1916, Officinas Graphics d'A Federação, Porto Alegre, 1916.
- Sop - Secretaria de Estado dos negocios das obras publicas do Estado do Rio Grande do Sul, *Relatorio [Relatório de 1917]*, apresentado ao dr. A.A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo dr. Protasio Alves, Secretario de Estado, interino, dos negocios das obras publicas, em 14 de setembro de 1917, Typographia da Empresa Graphica Rio-Grandesense, Editora d'O Diario, Porto Alegre, 1917.



- Sop - Secretaria de Estado dos negocios das obras publicas do Estado do Rio Grande do Sul, *Relatorio [Relatório de 1922]*, apresentado ao dr. A.A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo engenheiro Ildelfonso Soares Pinto, Secretario de Estado dos negocios das obras publicas, em 16 de agosto de 1922, Oficinas Graphicas d'A Federação, Porto Alegre, 1922.
- Sop - Secretaria de Estado dos negocios das obras publicas do Estado do Rio Grande do Sul, *Relatorio [Relatório de 1924]*, apresentado ao dr. A.A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo engenheiro Ildelfonso Soares Pinto, Secretario de Estado dos negocios das obras publicas, em 15 de agosto de 1924, v.2, Oficinas Graphicas d'A Federação, Porto Alegre, 1924.
- Sop - Secretaria de Estado dos negocios das obras publicas do Estado do Rio Grande do Sul, *Relatorio [Relatório de 1925]*, apresentado ao dr. A.A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo dr. Antonio Marinho Loureiro Chaves, Secretario de Estado dos negocios das obras publicas, em 28 de julho de 1925, v.2, Oficinas Graphicas d'A Federação, Porto Alegre, 1925.
- Sop - Secretaria de Estado dos negocios das obras publicas do Estado do Rio Grande do Sul, *Relatorio [Relatório de 1926]*, apresentado ao dr. A.A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo dr. Sergio Ulrich de Oliveira, Secretario de Estado dos negocios das obras publicas, em setembro de 1926, v.2, Oficinas Graphicas d'A Federação, Porto Alegre, 1926.
- Souza C.F., *Plano geral de melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade*, Editora Armazém, Porto Alegre, 2010.
- Stello V.F., *Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo: Avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940*, dissertação (mestrado em engenharia civil), Escola de engenharia, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- Stello V.F., *Além das Reduções: a paisagem cultural da região missioneira*, tese doutorado em planejamento urbano e regional, Faculdade de arquitetura, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- Winter R., *Paisagem*, in Grieco B., Teixeira L., Thompson A. (orgs.), *Dicionário Iphan de patrimônio cultural*, 2ªed. rev. ampl., Iphan/Daf/Copedoc, Rio de Janeiro, Brasília, 2016 (verbeta).

Recibido: 30/09/2020

Aceptado: 23/1/2021

